

## Danilo Vieira Mariani

---

**De:** Petbrazil Animal Care <petbrazil@hotmail.com>  
**Enviado em:** quinta-feira, 23 de março de 2023 11:30  
**Para:** ES/SR - Comissão Permanente Licitações  
**Assunto:** Ref. Impugnação do item 5.1.5.1 do TR do Edital 02/2023 - Serviços Veterinários

Senhor Pregoeiro e equipe de apoio.  
Bom dia.

Em relação ao PE 02/2023 relativo ao item 5.1.5 do Termo de Referência. "5.1.5. As empresas a serem contratadas deverão comprovar suas qualificações técnicas e operacionais por meio: 5.1.5.1. Certificado de Regularidade atualizado emitido pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Espírito Santo, em nome da Pessoa Jurídica e de seus responsáveis técnicos", venho por meio desta solicitar respeitosamente a impugnação do referido item de modo a adequação do mesmo de acordo com a legislação vigente, a saber:

A nova [LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019](#) introduziu novas obrigações para a administração pública. Em seu Art. 4º diz que: "É dever da administração pública e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente:

I - criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes;

II - redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores nacionais ou estrangeiros no mercado;

III - exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado;"

Também no seu Art. 3º diz que: "São direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômicos do País, observado o disposto no parágrafo único do [art. 170 da Constituição Federal](#):

IV - receber tratamento isonômico de órgãos e de entidades da administração pública quanto ao exercício de atos de liberação da atividade econômica, hipótese em que o ato de liberação estará vinculado aos mesmos critérios de interpretação adotados em decisões administrativas análogas anteriores, observado o disposto em regulamento;"

Apesar da [LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993](#) em seu Art. 30 dizer que: "A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;" a SÚMULA Nº 272 do TCU diz que "No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato. Fundamento Legal - Constituição Federal de 1.988, art. 37, inciso XXI; - Lei nº 8.666/63, art. 3º, § 1º, incisos I; arts. 27 e 30 e art. 44, § 1º; - Lei nº 9.784, de 29/01/1999, art. 2º, caput e inciso VI do Parágrafo único." A imposição no Edital e seu Termo de Referência acima referido de que a empresa concorrente tenha o registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) no estado do Espírito Santo fere a legislação atual uma vez que com isso restringe a participação de empresas que possuam sedes em outros Estados e estejam capacitadas para participar do referido certame. Em processos licitatórios similares, para aumentar o nível de participação, solicita-se exclusivamente o registro no Conselho Federal de Medicina Veterinária ou no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado onde a empresa tem a sede. Tanto é assim que as certificações de regularidade bem como as emissões de certidões negativas junto ao órgão de classe da medicina veterinária tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas são feitas no site do CFMV (<https://www.cfmv.gov.br/emitir-certidao-negativa/servicos/2018/08/13/>). Sendo assim, solicitamos respeitosamente que seja alterado o texto do item 5.1.5.1 do Termo de Referência, suprimindo a exigência de registro no CRMV do Estado do Espírito Santo na fase de cadastramento de proposta, podendo ser tão somente a solicitação do registro no CFMV ou no CRMV da sede da empresa para que os princípios da ampla participação citados não sejam feridos. Certos de estarmos colaborado para o bom andamento do processo agradecemos a oportunidade.

atenciosamente,



Paulo Henrique da Silva  
Médico Veterinário - CRMV-Pr 3199  
Mestre em Ciência Animal  
Rua Tiradentes, 371 - Centro  
Foz do Iguaçu - Pr